

desinformémonos

Revista Comunitária Bimestral - Número 9 - Octubre / Noviembre - 2010

«Desinformémonos hermanos tan objetivamente como podamos»

www.desinformemonos.org



Na América Latina, floresce o Hip Hop político



A Universidade Trashumante um espaço pedagógico para a luta



Claudia Korol
A atualidade do movimento social na Argentina



França: a sombra de um projeto de aeroporto



A autonomia não descansa
Guerra contra a experiência zapatista

OS NOSSOS

Frei Betto

Um olhar sobre os movimentos sociais da América Latina

Mónica Baltodano

“A penalização do aborto é a criminalização das mulheres pobres”

OS NINGUÊNS

Adán Quiroz,

Venda o que vender, só posso ficar com dois dólares

CULTURA EM RESISTÊNCIA

Amparo Sánchez

Mulher e Ela, a música



Belo Monte: o Belo Monstro da biodiversidade e das populações tradicionais da Amazônia

A autonomia não descansa **Guerra contra a experiência zapatista** *Hermann Bellinghausen*

A experiência zapatista é real e por isso os poderes utilizam tanta guerra para detê-la. Para sua frustração, os povoados zapatistas mostram a eles que a luta segue, que suas formas de governo se desenvolvem e funcionam com métodos democráticos, graças a uma legitimidade e um compromisso que os maus governos perderam por completo.

Chiapas, México. Logo completarão 17 anos do levante armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) nas montanhas de Chiapas. É um lapso grande que abarca quatro governos federais; é fácil esquecer, ou se distrair em relação ao fato de que durante todo esse tempo, dia a dia, centenas de comunidades indígenas viveram em uma guerra contínua, cuidadosamente desenhada pelos altos mandos federais, nos seus elementos propriamente castrenses e nas estratégias de contra-insurgência. Ainda agora que o país inteiro se militariza e os postos e controles do Exército Federal já não são exclusivos dos territórios indígenas (incluindo Guerrero, Oaxaca, Hidalgo e Veracruz), o território autônomo zapatista segue sendo a região mais apreensiva e permanentemente militarizada de todo o México.

A vitória da experiência zapatista de governos autônomos não reside apenas em sua prolongada duração de quinze anos, nem na permanente boa vontade para manter relações pacíficas com seus irmãos não zapatistas. Senão, na construção, desde a raiz, de sistemas educativos, de saúde, de produção agrícola e comercialização de produtos, de distribuição de justiça, comunicação. Tudo de maneira independente do deteriorado sistema político. Está aberta a uma constante aprendizagem por meio do seu “mandar obedecendo”. Materializaram uma proposta de mudança em tempos de conservadorismo, indolência e má fé das estruturas de governo. Uma mensagem de que as coisas podem ser feitas de outro modo, e bem feitas.



Foto: Simona Granati

Mas assim como a criação e evolução da autonomia não descansa, tampouco o faz a guerra dos governos federal e estatal contra ela, que empregam para tal propósito a plenitude de seus recursos bélicos, tecnológicos, policiais, propagandísticos e econômicos, determinados pela elaboração intensiva do que chamam de “inteligência”, com explícitos fins de “contra-insurgência”.

Na presente etapa desta guerra contínua contra os povos mayas zapatistas, expulsam-se de suas casas e terras dezenas de famílias, bases de apoio zapatistas. São os casos das comunidades tzeltales El Pozo (San Juan Apóstol Cancun) em julho passado, e o 9 de setembro San Marcos Avilés (município oficial Chilón, nos limites com Sitalá). Somente neste último caso foram obrigados a deixar casas e pertences 170 pessoas, bases de apoio zapatistas organizadas com o caracol de Oventik. A razão? Dizem os expulsos do PRI, do PRD e do Verde Ecologista que “porque construíram uma escola autônoma”. E que só poderão regressar se deixarem de ser zapatistas.

Além destes “pontos vermelhos”, onde a violência transbordou nas últimas datas, permanece invisível, duradoura, pontual, a presença de dezenas de bases de operação do Exército Federal na selva Lacandona, os Altos, a zona Norte e a selva fronteira. Isto implica na ocupa-

ção militar de porções importantes do território tzotzil, tzeltal, chol, tojolabal, e também zoque e mame –seus campos, povoados, caminhos, fontes de água -. As múltiplas bases de operações das Forças Armadas oferecem, além disso, tática ou descarada proteção para os grupos hostis à autonomia, paramilitarizados ou não.

Não poucas vezes a proximidade entre tropas federais e simpatizantes de grupos como Opddic, Paz y Justicia ou Ejército de Dios, é literal, o que acontece nas bases de Monte Líbano, Toniná, Jotolá e Rancho Nuevo, por exemplo. Apenas em San Pedro Polhó, perto de Acteal, a ocupação militar é asfixiante e afeta, há 13 anos, milhares de desalojados zapatistas que depois da matança em Chenalhó, em 1997, já não regressaram a suas terras.

A experiência zapatista é real e por isso os poderes utilizam tanta guerra para detê-la. Guerra de balas, de bilhetes, de asfalto e cimento, de falsas promessas, papel e éter televisivo. Para sua frustração, os povoados zapatistas mostram a eles que a luta segue, que suas formas de governo se desenvolvem e funcionam com métodos democráticos (onde “o povo manda”), graças a uma legitimidade e um compromisso que os maus governos perderam por completo.

No sítio www.desinformemonos.org
é possível ler o texto completo

Frei Betto *Uma das principais referências*

da teologia da libertação no Brasil e com larga trajetória de lutador social, ocupa lugar privilegiado para versar sobre o tema da religião e da transformação social. Política, religião e comunicação. Na entrevista que segue Frei Betto, recorre a esses três pilares para nos deixar sua impressão sobre o atual momento político por que passa a América Latina.

Edição de entrevista realizada por Joana Moncau

Como avalia a importância da Igreja Católica para as lutas sociais na América Latina?

Nos anos 1960 e 1980 a Igreja Católica teve papel preponderante nas lutas sociais na América Latina. Através das Comunidades Eclesiais de Base e do advento da Teologia da Libertação, decorrentes da «opção pelos pobres», muitos militantes foram formados pela Igreja segundo o método Paulo Freire. Em países sob ditadura, como Brasil e Nicarágua, essa formação resultou em opção revolucionária. Diria que, de certo modo, as eleições recentes de Lula, Correa, Evo, Funes e outros têm a ver com esse processo pastoral. Com o pontificado de João Paulo II e a queda do Muro de Berlim, iniciou-se a «vaticanação» da Igreja latino-americana. A Teologia da Libertação foi censurada; os bispos progressistas afastados; padres conservadores nomeados bispos etc. Hoje a Igreja Católica, embora abrigando grupos progressistas comprometidos com as causas populares, refluí na opção pelos pobres e busca situar-se numa suposta neutralidade frente aos conflitos sociais.

É possível falar em alguma luta que seja genuinamente popular na América latina e que desconsidere a força do catolicismo e da religião?

Que eu saiba não há nenhuma força política progressista na América Latina que apregoe o ateísmo e seja antirreligiosa. Desde que Fidel acentou, na entrevista que lhe fiz em 1985 (livro «Fidel e a Religião») a importância da religião como fator de libertação, o preconceito praticamente terminou. Jamais haverá participação popular nos processos políticos latino-

americanos sem incorporar a religiosidade do povo. Aqui a porta da razão é o coração e a chave do coração é a religião.

Considerando essas questões, como interpretar o caso da revolução cubana?

A Revolução cubana incorporou os valores religiosos do povo, tanto que teve líderes assumidamente cristãos, como Frank Pais e José Antonio Echeverría, bem como capelão, o padre Guillermo Sardiñas, que após a vitória mereceu o título de Comandante da Revolução. Hoje Cuba passa por um período de excelentes relações entre Igreja e Estado, a ponto deste permitir que a Igreja Católica faça a mediação que possibilita a libertação de presos de consciência.

Que papel os movimentos sociais desempenham hoje na política latinoamericana?

Sem os movimentos sociais a América Latina não estaria vivendo essa primavera democrática representada por Lula, Chávez, Funes, Mujica, Evo, Correa, Lugo etc. No entanto, ocorre hoje um refluxo dos movimentos sociais, muitas vezes

porque suas lideranças foram cooptadas para aqueles governos. A queda do Muro de Berlim, a influência do neoliberalismo e das novas tecnologias, o advento da pós-modernidade, são alguns dos fatores que explicam a desmobilização dos movimentos sociais, embora alguns permaneçam ativos, como o movimento indígena e, no caso do Brasil, o MST.

Quanto aos governos com origem na esquerda partidária e nos movimentos sociais que vêm se consolidando no cenário latinoamericano, é possível classificá-los como governos de esquerda?

Não, são governos progressistas e, alguns, como é o caso da Venezuela, até explicitam o socialismo como projeto político. Mas também estão longe de serem governos de direita ou conservadores. Dentro de possibilidades reais, e não ideais, atuam em favor dos mais pobres e sobretudo desarticulam o poder político das oligarquias tradicionais, embora elas prossigam com muito poder econômico.

No sítio www.desinformemonos.org é possível ler o texto completo



O Belo Monstro da biodiversidade e das populações tradicionais

da Amazônia **Belo Monte** A retomada de um projeto de Usina Hidrelétrica que

estava engavetado há mais de 30 anos mostra que o governo de Lula aderiu a um modelo de desenvolvimento predatório

Texto editado do original de Christiane Peres

São Paulo, Brasil. A urgência pré-eleitoral fez o governo federal tirar do papel a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, Pará. Para discutir a resistência ao projeto que afetará um dos últimos grandes rios ainda não represados no país e um dos principais afluentes da bacia Amazônica, mais de 400 indígenas de 36 povos da Amazônia, além de ribeirinhos e movimentos sociais participaram do Acampamento Terra Livre (ATL) Regional Amazônia, realizado em agosto, na cidade de Altamira, Pará.

O polêmico megaprojeto trouxe ao presidente Lula uma acusação impensável anos atrás: “Lula tem demonstrado ser o inimigo número 1 dos índios”, atacou o cacique Megaron Txukarramãe, liderança de um dos povos indígenas mais conhecidos internacionalmente, os Kayapó. Na carta do encontro se denunciou também a existência de outros 426 empreendimentos do PAC que incidem em terras indígenas, além da existência do projeto de mais de 300 novas hidrelétricas para a Amazônia. A oposição não é somente dos indígenas. Poucas vezes um projeto do governo Lula despertou tanta oposição entre engenheiros, por exemplo, vários deles das mais importantes universidades brasileiras.

Segundo o governo o projeto passou por alterações que reduzem os impactos ambientais. A área de inundação foi reduzida de 1.225 para 516 quilômetros quadrados. De fato, não terá alagamento em terra indígena, mas a “solução” encontrada cria outro impacto – um trecho de 100 quilômetros de curva do rio, conhecido como Volta Grande, terá sua vazão reduzida.

Um painel de 40 especialistas concluiu o ano passado uma análise independente sobre Belo Monte. O documento aponta uma série de falhas e omissões no projeto. A usina foi anunciada como a “salvação

do país” em geração de energia e a terceira maior do mundo, com 11 mil megawatts. Mas isso só é verdade durante uma parte do ano, na cheia do rio. Na maioria dos meses, a energia produzida equivale à de uma hidrelétrica bem menor, como a de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, com geração aproximada de 4,5 mil megawatts. Os indígenas temem que o governo, no futuro, retorne com o projeto original, dos anos 70, de construir outras cinco usinas ali para aproveitar esse potencial energético.

Segundo o governo, 18 mil empregos diretos serão gerados, além de outros 23 mil indiretos. O que não se diz é que o benefício é temporário e, que ao final de dez anos, menos de 4% estarão empregados, o que gera problemas. Com essa massa sem ocupação vai aumentar desmatamento, extração ilegal de madeira, invasão de áreas protegidas”, diz a bióloga Renata Pinheiro.

Além disso, a Fundação Nacional do Índio (Funai) alega que as consultas foram realizadas, mas não é o que têm declarado diversas lideranças indígenas. Para piorar, em setembro de 2009, a fundação também emitiu um parecer favorável à obra, desconsiderando os protestos dos índios.

Pelo jeito, quem vai pagar pela construção de Belo Monte será mesmo as comunidades tradicionais do Xingu. E não há a quem apelar. Uma pena, visto que a diversidade socioambiental na região impressiona o mundo há décadas. Desde a nascente até a foz, o Xingu percorre 2,7 mil quilômetros, abrigando o que é considerado um dos maiores corredores de áreas protegidas do mundo: 19 terras indígenas e 10 unidades de conservação, num total de 28 milhões de hectares em plena Amazônia.

No sítio www.desinformemonos.org é possível ler o texto completo



Foto: Verena Glass y Antonio Cruz

“A penalização do aborto é a criminalização das mulheres pobres”

Mónica Baltodano

Edição de entrevista realizada por Amaranta Cornejo Hernández

Mónica Baltodano fala em entrevista ao Desinformémonos sobre a criminalização do aborto.

Na Nicarágua, em 2006, três semanas antes das eleições presidenciais, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) promoveu a penalização da interrupção terapêutica da gravidez. Diante de questionamentos ao interior da própria FSLN, a coordenadora da campanha argumentou que a penalização garantiria votos na eleição, mas que em 2008 iam reverter a medida – o que não ocorreu até hoje.

Ilegalização ou criminalização? Legalidade ou legitimidade, em referência ao aborto?

A ilegalização e a criminalização do aborto andam de mãos dadas, porque implicam uma conduta da sociedade e dos órgãos judiciais, incluso de grupos sociais, que convertem o aborto em um crime penalizável, passível de perseguição.

A defesa do direito ao aborto tem a ver não só com a legalidade, mas com direitos essenciais da mulher a dispor de seu próprio corpo, e de decidir se quer ou não ser mãe. É um direito legítimo que não deveria estar submetido nem sequer a processos de caráter legal. É um direito humano que nós, as mulheres, devemos fazer valer com nossa luta.

A penalização do aborto implica um recorte discriminatório por sexo e classe

Há um recorte por sexo, evidente, e há também um recorte por classe social, porque as menos informadas são as mulheres com menos recursos. As mulheres de classe média ou alta praticam o aborto pagando para tê-lo em condições clandestinas, mas seguras. Inclusive há muitas mulheres que têm que viajar a outro país para fazer o aborto.



Portanto, a penalização é discriminatória em relação às mulheres e, entre elas, em relação às que têm menos acesso aos métodos contraceptivos e ao aborto em condições seguras. Ou seja, é uma medida que tem o objetivo de criminalizar as mulheres pobres.

O tema do aborto durante a Revolução Sandinista

Nós queríamos que na Constituição de 1987 se ampliasse o direito ao aborto, com mudanças ao que estava estabelecido no país por um código penal que vinha de 1870. Mas não conseguimos. O que conseguimos foi apoiar organizações de mulheres que criaram espaços para uma maior tolerância com a prática do aborto. Nós nos perguntamos, justamente: será que a revolução de que participamos, pela qual lutamos e tomamos armas conseguiu ajustes fundamentais que nos diferenciem de lugares onde não houve revolução? Para mim, foram muito poucas mudanças.

A reação das mulheres ante a penalização do aborto

Há uma enorme confusão. A igreja e os grupos fundamentalistas de laicos que giram ao redor das igrejas põem tudo

no mesmo saco, quer dizer, como se todos os abortos fossem desnecessários e criminosos. Há um desconhecimento enorme do que é um aborto e o que é um aborto terapêutico.

A maior parte das e dos nicaraguenses rejeitam o aborto, mas 40% das mulheres nicaraguenses praticaram pelo menos um aborto em sua vida. Isso quer dizer que a mulher chega ao aborto crendo que está cometendo um pecado. Assim, o aborto tem consequências brutais em termos psicológicos.

O sistema patriarcal e seu papel na ilegalização do aborto

Estamos falando de uma cultura patriarcal, na qual os homens, muitas vezes, impedem a mulher de usar métodos contraceptivos. As mulheres ficam grávidas, mas os homens também fazem parte do processo, afinal. Só que eles não assumem nenhuma responsabilidade. Então, todo o tema da responsabilidade está enfocado na mulher.

O sentimento pessoal

A penalização do aborto me parece das maiores injustiças que existem na Nicarágua e mantenho uma atitude permanente de recusa, de coragem, de raiva, que é o que me leva a comprometer-me na luta pela despenalização do aborto terapêutico e do aborto em geral. Também recuso a dupla moral e condeno a hipocrisia das hierarquias religiosas que não condenam os atos de violência dos seres humanos nas guerras, mas tratam como criminosas as mulheres que praticam um aborto.

No sítio www.desinformemonos.org é possível ler o texto completo

Entrevista com Claudia Korol **A atualidade do movimento social na Argentina**

Edição de entrevista realizada por Waldo Lao Fuentes Sánchez

Claudia Korol – integrante do Centro de Investigação e Formação dos Movimentos Sociais Latinoamericanos (CIFMSL) e da Equipe de Educação Popular “Pañuelos en Rebeldía” – fala em entrevista para Desinformémonos sobre a atualidade dos movimentos sociais na América Latina.

Buenos Aires, Argentina. Na Argentina, para falar de movimentos sociais, deve-se remeter a 2001, quando as políticas neoliberais mostraram seu esgotamento no país. Nesse momento, muitos movimentos expressaram sua resistência e multiplicaram seus militantes.

Por outro lado, hoje o restabelecimento da governabilidade fez com que os movimentos sofressem políticas de exclusão e com que caísse sua incidência.

O grande problema na Argentina é a ausência de um projeto alternativo de poder popular. As organizações que rejeitavam a verticalização não conseguiram construir uma intervenção política horizontal.

No entanto, nos últimos anos surgiram organizações como as Assembleias Ambientais. Estas Assembleias locais se articularam na União das Assembleias cidadãs, somando esforços.

Outros graves problemas que preocupam os movimentos sociais atuais são as políticas de criminalização, utilizadas para estabelecer controle sobre a população. Há cerca de cinco mil presos políticos.

Um exemplo é o caso dos companheiros de Atenco, no México, que já foram liberados, mas tinham sido condenados a 112 anos de prisão. Esse tipo de castigo é uma ameaça para manter a população controlada.

No caso do Movimento dos Sem Terra do Brasil (MST) a luta está legitimada e querem criminalizá-la. Muitas organizações

na América Latina estão se defendendo de falsos cargos que lhes são imputados e há, além disso, presos nas cadeias por acusações não comprovadas.

A constituição deveria incluir critérios para que não se criminalize a pobreza. Muitas pessoas estão presas por situações às quais foram empurradas e não têm quem as defenda. Às vezes, nem sequer entendem do que são acusadas, pois falam outro idioma. O sistema resolve a exclusão dos excluídos encarcerando-lhes.

A Marcha do Movimento Indígena foi uma iniciativa que as comunidades tomaram para fazer visível sua existência e suas demandas, e para exterminar o mito de que na Argentina todas as pessoas são brancas. Por isso foi um movimento histórico sumamente significativo.

Nos nove anos posteriores à crise na Argentina geraram-se esperança e alegria pela capacidade de rebeldia expressada em 2001. Aprendemos muito de como somos. Como disse um companheiro zapatista: “O povo argentino está há muitos anos calado e depois explode, arreventa e

queima tudo”. Logo chegou um momento em que se restabeleceu a governabilidade. Hoje os movimentos sociais estão em uma posição defensiva.

Deve-se ter confiança nas organizações. Muitos dos movimentos sociais estão em uma etapa de resistência e de rearticulação de suas propostas. Estamos com a possibilidade de capitalizar aprendizagens. Deve-se apostar na educação popular e na formação política para se conseguir construção política e organizativa.

No sítio www.desinformemonos.org é possível ler o texto completo



Foto: Lala Jezzi

FRANÇA. A sombra de um projeto de aeroporto paira sobre os moradores de **Notre-Dame des Landes**

Edição do texto de Marie Ghismalfilatre

Ao oeste da França, a vinte quilômetros ao norte da cidade de Nantes, se desenha um novo projeto de aeroporto. No dia 30 de julho a empresa VINCI, gigante francesa das obras públicas, foi selecionada pelo Estado como concessionária do futuro aeroporto por cinquenta e cinco anos. Os habitantes do lugar, primeiros afetados, organizam-se contra isso.

Desde os anos setenta, as terras agrícolas do povoado de Notre-Dame des Landes são ameaçadas de serem arrasadas. É ao comprar o jornal no café, uma manhã de maio de 1970, que os habitantes destas comunas se dão conta de que “a metrópole Nantes-San Nazaire poderia se converter na Rotterdam aérea da Europa graças à criação de um aeroporto internacional ao norte do rio Loire”. No entanto, sem bons pressentimentos, os camponeses se organizaram. Uma luta se iniciou então com a finalidade de parar o projeto, instalar novos jovens agricultores na zona e promover o controle e a gestão coletiva das terras. Apesar da determinação das elites locais e dos especialistas em planificação, as mobilizações e a crise petroleira dessa época acabaram com o projeto. Mas não foi mais do que uma vitória temporal. No ano 2000, o projeto do aeroporto foi

reativado por dirigentes do partido socialista francês. O governo falava naquele momento da necessidade de construir um terceiro aeroporto de tamanho internacional para a França. Retomando o antigo projeto, o prefeito de Nantes, Jean-Marc Ayrault, chamou então a substituir o aeroporto da cidade por outro, quatro vezes maior, nas terras de Notre-Dame de Landes. O que chama a atenção são as chamadas « ambições ecologistas » do projeto, já que a cidade de Nantes, que se reivindica « campeã do desenvolvimento sustentável », propõe construir um aeroporto de « alta qualidade ambiental ». Algo surpreendente quando se sabe da poluição ambiental gerada pelo transporte aéreo, e das ambições da prefeitura de ser a porta-voz dos cidadãos do mundo nas grandes cúpulas de Copenhagen ou de Cancun contra os gases estufa e a mudança climática.

Acreditando nos ideais da « democracia participativa », muitos opositores atuais tentaram contestar o fundamento do novo aeroporto durante os debates públicos oficiais que por lei devem preceder qualquer obra de importância. Mas apesar das posições majoritariamente contrárias, a comissão de investigação pública emitiu,

em abril de 2007, um relatório favorável ao projeto. Diante dessa evidente negação da opinião dos cidadãos, as ações de resistência local se desenvolveram de novo: em agosto de 2009, organizou-se uma semana de resistências e o primeiro « acampamento climático » francês. De maneira paralela, chamou-se a ocupar os terrenos e as casas expropriadas na zona, que, desde então, foram habitadas por novos habitantes em luta.

Hoje em dia, a aquisição do mercado do aeroporto pela empresa VINCI aguça o conflito: cinco casas ocupadas da zona receberam uma notificação de desalojo este verão. Mas os habitantes se recusaram a sair e decidiram permanecer, ocupando a sede do executivo regional no dia 31 de julho. Desde então, assembléias gerais populares são organizadas na zona. Mas diante do apetite das grandes empresas e do peso da propaganda « verde » da prefeitura de Nantes, a resistência tem dificuldades para se fazer escutar. Agora, mais do que nunca, necessitam apoio para além do entorno local a fim de ampliar essa luta.

No sítio www.desinformemonos.org é possível ler o texto completo



Um ambulante equatoriano **Venda o que vender, só posso ficar com dois dólares** *Adán é um jovem*

vendedor de cigarros e doces nas ruas da capital equatoriana. Este é um relato sobre a vida e a solidariedade nas ruas, sobre o futuro incerto e, apesar de tudo, sobre o sonho de tornar-se médico ou jogador de futebol.

Depoimento recolhido por Adrian Castro Bibriesca, em Quito, Equador

Sou Adán Quiroz, tenho 16 anos e nasci aqui, em Quito. Vivo a dez minutos da rodoviária La Ofelia. Tenho três irmãos, sou o mais novo e trabalho nobcentro da cidade. Vendo cigarros e doces.

Moro com minha avó e minha mãe. Minha avó vende carne no mercado, minha mãe sai para vender durante a tarde. Eu trabalho durante a tarde de segunda a sexta, e sábado e domingo, porque nos finais de semana tem mais gente no Centro. Só nós três que trabalhamos da família. Não conheço meu pai, ele foi embora e não sei onde nem com quem vive, acho que mora na casa dos pais dele. Nunca me disseram.

Em casa somos em cinco, durmo com meus irmãos. Um deles não trabalha e nem vai para a escola. Minha mãe fica muito brava com ele, mas pelo menos ele não rouba nem faz coisas ruins. Fica em casa sem fazer nada.

Agora não estou estudando, só meus irmãos mais velhos estudam, eles estão no ensino fundamental. Minha mãe disse que o ano que vem vou voltar para a escola. Onde eu moro, as pessoas não têm dinheiro. Tenho um amigo com quem sempre jogo futebol, o Joel. Não tenho namorada. Não tenho muita sorte com as meninas. Antes eu gostava de uma menina, mas ela não me deu bola. É preciso dinheiro pra conseguir uma namorada.

Costumo ganhar entre cinco e dez dólares por dia, no sábado é quando eu ganho mais, geralmente não ganho menos que 15 dólares. Venda o que vender, só posso ficar com dois dólares. Quero economizar para poder comprar para minha mãe um vestido, que uma

vez, quando passamos por uma loja ela gostou. Há alguns dias, quando voltava pra casa, uns meninos roubaram minhas coisas e meu dinheiro. Minha mãe ficou brava, porque pensou que eu tinha gasto com alguma coisa. Disse que não, mas não acreditou em mim.

Eu queria ser jogador de futebol ou médico. Mas ser medico custa muito caro, a universidade é muito cara. Sempre dou um jeito de conseguir o que quero. Se eu realmente quiser ser medico, vou ter que trabalhar muito, sempre é preciso trabalhar muito. Minha mãe disse que, se eu trabalhar muito e for bem na escola, vai me ajudar a conseguir estudar.

Teve uma vez que quase roubei. Pouco menos de um ano atrás, um dos meninos que roubou meu dinheiro e minhas coisas começou a conversar comigo.

Um dia, por minha culpa, um senhor bateu em um menino que passava perto de sua casa. Eu joguei uma pedra na janela desse senhor e depois me escondi. Quando ele saiu viu esse menino e bateu nele. Achou que tinha sido ele. A idéia era que, quando o senhor saísse, os outros meninos entrassem na casa dele pelos fundos. Mas eles não chegaram a entrar, foram embora. Comigo não aconteceu anda, mas com o outro garoto sim. Depois de alguns dias começaram a me encher dizendo que eu não valia nada. Fiquei bravo e briguei com um deles. Depois aconteceu isso do dinheiro. Já passaram alguns dias e não voltei a vê-los, acho que ou não moram aqui ou aconteceu alguma coisa.

Eu queria ser pai, mas não queria ir embora e deixar os meus filhos que nem meu pai fez. Tenho vontade de fazer mui-



tas coisas, de brincar, de estudar, mas às vezes não posso, o trabalho toma muito tempo do dia. Apesar de tudo isso, conheço gente muito bacana por aqui. Uma senhora que ajuda muito é a Lucia, ela me dá água todo sábado e domingo. Ela é dona de um posto de telefone. Além disso, ando muito, não gosto de ficar parado esperando que alguém compre, porque tem muitas coisas que ainda quero conhecer.

Eu gostaria de poder ajudar minha mãe e minha avó com outro trabalho, mas teria que ir para a escola e por enquanto só tenho esse trabalho. Mas sei que minha ajuda beneficia minha família e meus irmãos, que já prometeram que me ajudarão na escola. Por enquanto continuarei trabalhando, e, quando tiver oportunidade, farei tudo o que quero.

No sítio www.desinformemonos.org é possível ler o texto completo

Na América Latina, floresce o Hip Hop político

A semente do Hip Hop encontrou o solo mais fértil nessa região, chegando a se converter em catalisador de núcleos de formação política nas periferias urbanas e voz dos oprimidos.

Milhares de jovens tiveram a vida mudada por essa sutil combinação de arte e política.

Edição da reportagem de Spensy Pimentel

México, D.F. Vinte anos atrás, o rap político chegava ao seu auge nos EUA. Grupos como Public Enemy, Boogie Down Productions (BDP) e Niggers with Attitude (NWA) expressavam, cada um a seu modo, o descontentamento dos habitantes dos guetos das grandes cidades do país com a falta de oportunidades econômicas para os mais pobres e a violência policial. A virulência das letras, recuperando muitas idéias e nomes do movimento negro dos anos 60 e 70, chamava a atenção, e os grupos chegaram a ser alvo de investigações do FBI.

Causa? Efeito? Sintoma, de qualquer modo. Enquanto ecoavam pelos guetos negros e latinos dos EUA versus virulentos contra a polícia, como “ Fuck the police” / “They have the authority to kill a minority”, do NWA, uma insatisfação crescente desembocou em uma série de revoltas em 1992, principalmente a partir de Los Angeles, onde policiais acusados de espancar o taxista negro Rodney King, flagrados por um cinegrafista amador um ano antes, foram absolvidos por um júri formado majoritariamente por brancos.

Logo depois, os ventos mudaram nos EUA. Às custas da imposição das reformas neoliberais ao mundo, especialmente à América Latina, a economia do país pros-

perou. Na América Latina, uma leva de governos francamente alinhados com os EUA produziu abertura dos mercados, privatizações e o desmantelamento da economia. Em menor ou maior grau, o continente foi à lona e sofre até hoje as consequências desse movimento.

Mas a centelha de consciência política e revolta trazida pelo Hip Hop não morreu, apenas emigrou. Escondida nos porões das naus da globalização neoliberal, ela se espalhou pelos continentes. Na França, foi trilha sonora das revoltas dos jovens dos bairros pobres contra as políticas liberais e a violência policial. Na Palestina, embala a luta dos jovens na Intifada. À África, o fruto da diáspora negra voltou para semear a desobediência civil contra o autoritarismo.

E foi na América Latina que a semente do Hip Hop encontrou o solo mais fértil, chegando a se converter em catalisador de núcleos de formação política nas periferias urbanas e voz dos oprimidos. Milhares de jovens, aos quais não falavam os partidos, os sindicatos ou os movimentos negro e indígena, de repente estão a ler obras de Malcolm X e Martin Luther King, a procurar informações sobre líderes como Zumbi dos Palmares, Che Guevara, Luisa Mahin ou Tupak

Katari, ao mesmo tempo em que promovem festas, cursos de dança, desenho e poesia, além de trabalhos sociais nas comunidades onde vivem. A maioria absoluta não vai se tornar campeão de vendas, não vai se tornar milionário, mas terá, certamente, a vida mudada por essa sutil combinação de arte e política em que se converteu o Hip Hop.

Uma das grandes novidades dos últimos anos, ainda, é o rap indígena. Na Bolívia, já tem rap em rimando em aymara, com o grupo Wayna Rap, de El Alto. No Chile, os Mapuche enfrentam pesada discriminação racial e violência policial e a identificação com o Hip Hop é inevitável. Na fronteira do Brasil com o Paraguai, os Guarani-Kaiowa enfrentam situação semelhante e, agora, como reação, o Hip Hop, cantado em guarani por jovens indígenas.

O Hip Hop na América Latina não para de evoluir e transformar-se. A região está constantemente engolindo, digerindo e transformando a herança da diáspora negra.

No sítio www.desinformememos.org é possível ler o texto completo



A vocalista do ex-grupo Amparanoia

Mulher e Ela, a música *Amparo Sánchez*

A cantora espanhola, fundadora e vocalista do ex grupo Amparanoia, agora em sua fase solista, fala de suas origens e de

sua paixão por Ela, a música, que a acompanha em sua travessia “por este planeta sofrido, mas bem rebelde”.



Madrid, España. Os anos passam e meu amor pela música se faz mais imenso a cada passo. Ela não para de me dar doces melodias e inesquecíveis lembranças. Ela me permite criá-la, mudá-la, transformá-la, moldá-la, experimentá-la e nunca saberei por que motivo minha voz me deixa cantar, por que sai de mim sem que eu me proponha. Está sempre aí, escondida, esperando que toque o violão ou pela carícia do piano para querer se unir a eles, para se fundir com a música.

Nunca tentei revelar esse doce segredo, o segredo de por que canto, de por que faço canções. Isso forma parte de minha existência no planeta Terra, não pode ser de outra maneira. Comecei minha relação com Ela quando tinha 15 años, para seguir brincando e para escapar do mundo real, esse que me levou desde muito jovencinha a ser mãe - solteira e adolescente - e do qual eu queria ganhar a partida apesar da dificuldade.

Ela que apareceu como uma forma de evasão nesses tempos duros, foi se convertendo no meu ofício, viajando de cenário em cenário, cada vez mais longe de casa, cada vez mais perto de mim mesma. Agora, com 40 anos, segue sendo meu ofício, mas já é toda uma deliciosa maneira de viver e uma forma de expressão sem a qual não saberia o que fazer. Sinto-me feliz de voltar ao lar e abraçar aos que ficam, cheia de novas experiências para compartilhar, capaz de passar por este planeta sofrido, mas bem rebelde, de contar nas letras o que vejo e do que não gosto e o que me dá força, buscando as respostas e criando as perguntas.

No sítio www.desinformememos.org é possível ler o texto completo

A Universidade Trashumante: um espaço pedagógico para a luta

Edição de um texto original de María Coco Magallanes e Mario Canek Huerta

Rosario, Argentina. Em julho de 2010 foi realizado o seminário interno da Universidade Trashumante, que, de forma autogestiva e autônoma, construiu por mais de dez anos um projeto de educação popular. O objetivo foi dialogar e refletir sobre suas condições, e propor a constituição de uma Escola Trashumante.

No complexo contexto em que vive a Argentina, esta universidade é um projeto especialmente simbólico. O professor Roberto “Tato” Iglesias, fundador da Universidade Trashumante, explica que o panorama atual dos movimentos sociais no país é desolador, opinião oposta no que diz respeito ao “processo democrático” que setores críticos e progressistas na América Latina reconhecem.

Tato observa a Argentina com outro olhar. Os trashumantes pensam e constroem seu outro país a partir da incredulidade em qualquer tipo de “democracia” e da recuperação do coletivo. Eles apostam nos movimentos sociais que lutam para mudar o mundo com saberes populares e simbólicos, reconhecendo e enfrentando os problemas de hierarquia e pobreza com exercícios de autonomia e horizontalidade.

No entanto, Tato Iglesias se refere ao fato de que a desmobilização, cooptação estatal e desarticulação social são latentes a partir das privatizações impostas por Carlos Menem.

Os jovens participantes no seminário refletem sobre por que e como caminhar seu próprio caminho, com a mesma autonomia que geraram processos coletivos de reflexão através de mais de cento e quarenta oficinas como parte de uma pedagogia política e popular.

Durante o seminário falou-se sobre as possibilidades de construção da Escola e criaram-se comissões de tarefas específicas. O seminário serviu também como fórum para denunciar experiências de repressão, exclusão e carências que se vivem por todo o território argentino, mas foi também um espaço de reencontro, alegrias e sonhos.

No evento surgem reflexões profundas e informação, além disso, ele se materializa como espaço para o pensamento profundo da realidade. É um espaço para se falar da experiência do trabalho popular como raiz de um novo projeto construído da mistura de vontades, pai-

xões e da decisão para “formar educadores populares para a luta.”

O objetivo é levar os jovens a um exercício de reflexão profunda que dê conta do «que fazer» com comunidades, coletivos e movimentos.

A Trashumante foi desacreditada por vários grupos devido à sua incredulidade na política partidária e por manter sua postura anticapitalista. Seus membros foram chamados de “extremistas” por suas práticas “sem chefe nem autoridade”. Tato diz que os seminários de formação da Trashumante “sem estrutura hierárquica” são inspirados no zapatismo, que é “um referencial político, cultural e ideológico para nós.”

O professor Iglesias explica que “é necessário reconhecer a realidade e a partir disso organizar-se e lutar para transformá-la”. Assim, a política pedagógica da Universidade Trashumante é lutar aqui e agora pela realização de seu sonho, de outro país.

No sítio www.desinformemonos.org é possível ler o texto completo



Um ano desinformando

Queremos agradecer infinitamente a todas as pessoas e coletivos que participaram conosco deste primeiro ano.

Agradecemos, primeiramente, a todos aqueles que não se renderam, deixando-nos muito trabalho pela frente.

Há um ano anunciávamos nosso nascimento quando ninguém precisava de nós. Seguimos pensando assim. Nossa presença se deve, naquele momento e agora, a uma necessidade coletiva de criar um espaço de comunicação global com informação sobre as lutas e resistências que ocorrem nos cinco continentes. Um espaço sem fins lucrativos, baseado na união de muitas - e distintas - vontades. Um espaço que se une aos esforços dos meios autônomos que, afortunadamente, já existem e seguem crescendo.

Um espaço com informação do campo, das periferias, dos centros de pesquisa, fábricas e das comunidades indígenas. Um espaço das ruas e dos campos, com depoimentos de homens, mulheres e crianças invisíveis aos grandes meios de comunicação massiva: migrantes, indígenas, refugiados, artistas, trabalhadoras sexuais, meninos que vivem nas ruas, camponeses, operários, estudantes e um enorme etcétera formado pelas classes despossuídas, os ninguéns, como lhes chama o escritor uruguaio Eduardo Galeano, “os que valem menos que a bala que os mata”.

Desinformémonos nasceu e cresceu como um projeto de comunicação autônomo, livre e independente, conformado por uma equipe de comunicadores, pessoas de movimentos sociais e companheiros e companheiras que, assim como nós, buscam construir um espaço de expressão no e a partir do México, Estados Unidos, Argentina, Brasil, França, Espanha, Itália e Alemanha; com amigos e colaboradores na Bolívia, Uruguai, Colômbia, Equador, Bélgica, Turquia, Palestina, Índia, Tailândia, Birmânia, Ucrânia e Vietnã, entre outros lugares do mundo.

No Desinformémonos, não nos propomos a um jornalismo neutro, nem falsamente objetivo. Assumimo-nos como um espaço de baixo e à esquerda, longe do poder e dos poderosos, pela autonomia e pelo direito dos povos de decidirem seu próprio destino. Um meio para a esperança e não para o falso otimismo, para o sonho e a construção e não para a vitimização do movimento.

Neste primeiro ano, fizemos o esforço de produzir identificações e vínculos entre espaços e movimentos autônomos, usando a comunicação e o jornalismo como ferramenta. Não somos os movimentos, mas uma ferramenta para eles. Estamos atrás deles, não acima, ainda que sempre dentro. Nosso sonho e meta é acompanhar e deixar-nos acompanhar, combater a solidão imposta e construir uma comunidade.

Se tivéssemos que definir em uma palavra este primeiro ano, a que nos cairia melhor é aprendizagem. Aprendemos, por exemplo, que o caminho da autonomia nos faz responsáveis por nossos destinos e, sobretudo, por nossos erros. Em mais de uma ocasião ao longo desse breve e modesto caminho, questionamos nossa própria postura sobre determinado acontecimento e, diante da complexidade e da quantidade de arestas que se desenham de baixo e à esquerda, recorremos sempre à ética que tem vigorado sempre dentro dos movimentos que nos inspiram e animam. A responsabilidade, entretanto, é nossa. Nosso plano é nunca deixarmos de nos questionar, não deixar de ter dúvidas, mas caminhar devagarzinho e respondê-las coletivamente.

Um ano desinformando. Muito pouco, é verdade, mas para nós um motivo de grande alegria. Nosso motor ao longo desses 12 meses foram as lutas registradas em distintas partes do mundo, histórias nas quais o conformismo não tem lugar. Depois de escutar a voz de um palestino em Gaza, de um taxista na Bolívia, de um indígena no Brasil, de uma trabalhadora sexual em Tijuana, de um zapatista em Chiapas, de uma migrante centro-americana ou de uma curda em Istambul, não nos resta mais que uma firme vontade de não nos rendermos, de fazer algo, seja o que for, excluindo-se a imobilidade e a indiferença.

Queremos agradecer infinitamente a todas as pessoas e coletivos que participaram conosco deste primeiro ano. Agradecemos, primeiramente, a todos aqueles que não se renderam, deixando-nos muita tarefa por fazer. Agradecer também a uma enorme lista de jornalistas, fotógrafos, cinegrafistas, tradutores, editores, corretores, todos os amigos e amigas, companheiros e companheiras, que nos ofereceram um depoimento ou uma imagem, e muito do seu tempo e compromisso. Graças a todos esses esforços hoje podemos continuar nos apresentando para vocês.

“A resistência está em saber escutar a terra”, nos disse John Berger no nosso segundo número. E é aí, de baixo, onde estamos encontrando as respostas. Berger também nos recomendou nesse momento de fundação “não confundir a intenção deliberada de desinformarmos com estar desinformados”.

Falta muito, e fizemos muito pouco, mas aí vamos.

*Com um abraço,
Equipe do Desinformémonos.*